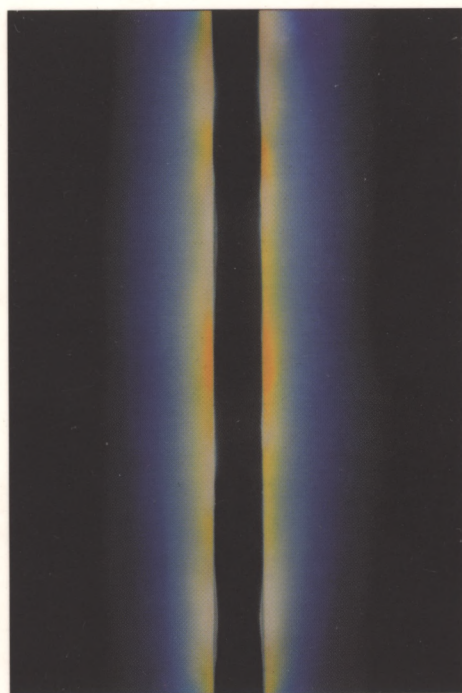


REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



TOLERÂNCIAS, INTOLERÂNCIAS

VOLUME 25, 2004

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A REIDENTIFICAÇÃO DO FEMININO E A POLÊMICA SOBRE A “CARTA A UMA JOVEM PORTUGUESA”

Em Abril e Maio de 1961, a controvérsia instalada em Coimbra sobre o papel da rapariga universitária no quotidiano estudantil integrou um questionamento das formas de validação do feminino e da posição que este deveria ocupar na sociedade portuguesa, em estreita ligação com as grandes transformações que a época vinha conhecendo. A querela implicou, inevitavelmente, um confronto entre concepções antagónicas e excludentes, definidas a propósito do lugar político e social da mulher. Vivida dentro de um ambiente quase inteiramente alheio das diferentes formas do debate democrático, ela foi, por este motivo, marcada sobretudo por uma grande intransigência de atitudes e de pontos de vista. Diluiu-se, porém, tão rapidamente como se formou, acabando por aparecer hoje como um momento-espácio de ensaio para o lançamento de atitudes mais consistentes e dinâmicas que viriam a ocorrer nos meios académicos anos mais tarde, durante o período marcelista.

1. Ao longo das três décadas que se seguiram ao termo da Segunda Guerra Mundial, uma intensa mobilização voltada para a acção colectiva e para a afirmação de sectores subalternizados encontrou-se no centro das mudanças processadas dentro das sociedades centrais, localizadas

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

** Assistente de investigação do Centro de Estudos Sociais.

nos países mais industrializados do mundo capitalista, e das suas imediatas periferias. Novos equilíbrios começaram a ser produzidos, no domínio da redefinição identitária desses grupos, mas também no que respeitava à proeminência da sua voz. A afirmação progressiva dos direitos das etnias e das confissões minoritárias, das nacionalidades marginalizadas, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais – ou, de uma forma mais geral, de todos aqueles que, por serem aberta ou veladamente excluídos, não ocupavam um lugar central na organização dos poderes – acompanhou o crescimento fulgurante da intervenção de sectores que anteriormente se encontravam confinados a uma situação de dependência e haviam permanecido nos bastidores da mudança. Os movimentos que estes foram capazes de corporizar não se limitaram, porém, a colocar em palco novos actores conflituais, formas distintas de participação ou problemas estranhos à tradição das lutas que haviam marcado a era da afirmação do capitalismo industrial. Foram bastante mais longe, destacando a crescente inadequação das formas tradicionais de organização e de representação política para fornecerem respostas face a um conjunto de questões emergentes em sociedades cada vez mais complexas e comunicantes (Melucci, 2001).

O espaço ocupado pelas mulheres foi, neste âmbito, rapidamente destacado e integrado em ambientes de permanente tensão, aos quais corresponderam importantes alterações na redefinição do papel que ocupavam na família, no trabalho e nas actividades cívicas, bem como no domínio das práticas culturais, da vida quotidiana e da sexualidade. De facto, a partir dos anos cinquenta, a partição masculino-feminino tornou-se objecto de uma alteração rápida e profunda, vivida intensamente em ambientes urbanos marcados pelo ensaio de formulações éticas e processos de representação do mundo amplamente renovados. As feições do *ser-se homem* e do *ser-se mulher* redefiniram-se então em áreas assinaladas por uma metamorfose rápida no que respeitava às marcas prototípicas de cada um dos papéis e também à redistribuição das suas capacidades, territórios de afirmação e expectativas (Amâncio, 1998). Na base deste embate encontrou-se o intrincado processo de construção-reconstrução das múltiplas identidades de género (MacCormack, 1980). Para além do reconhecimento, determinado pela ligação entre o conhecimento científico moderno e o senso comum, da diferenciação biológica como primeiro factor da disjunção comportamental entre os sexos e da criação de estereótipos culturais a seu respeito, começava igualmente a reconhecer-se a

importância decisiva, para esta separação, de circunstâncias de ordem social e cultural. Desta forma, os feminismos contemporâneos foram produzidos num processo de ruptura com o seu próprio passado, agora em volta da diferenciação sexual como um princípio existencial básico, negando em absoluto a exclusividade da distinção biológica enquanto "causa legítima e explicação da desigualdade" (Ergas, 1995: 591).

Ultrapassada a fase defensiva das lutas das mulheres que se seguiu à superação do combate do movimento sufragista pelo direito de voto e pela afirmação da sua presença activa nas instâncias públicas – recusando a estrita "domesticidade", mas integrando-a, ainda assim, numa concepção originalmente masculina de feminilidade (Herz, 1992) – os novos movimentos feministas, lançados a partir das décadas de cinquenta e de sessenta, fizeram divergir os sectores que defendiam a "igualdade" daqueles que acentuavam a "diferença". Uns e outros rejeitavam a imagem tradicional e omnipresente de uma "feminilidade" submissa e caricaturada, tal como a sua subordinação histórica ao modelo masculino, reivindicando ao mesmo tempo a supressão das discriminações e lutando pela igualdade de direitos. Fizeram-no, no entanto, seguindo vias em larga medida opostas: uma afirmava a premência de uma utopia de igualdade entre os indivíduos, fazendo da diferença dos sexos um aspecto de certa forma secundário, enquanto a outra reclamava a absoluta especificidade do feminino e um lugar para a afirmação matricial da sua voz.

A primeira destas estratégias, de pendor igualitarista, insistia basicamente nos pontos de vista sobre a construção social da diferença avançados por Simone de Beauvoir no imediato pós-guerra. Em *O Segundo Sexo*, aparecido em 1949, ela considerara como uma necessidade a afirmação da identidade feminina, colocando um axioma – "não se nasce mulher, torna-se mulher" – como ponto de partida da reflexão em volta do tema. A perspectiva de Beauvoir, muito difundida na década seguinte dentro dos ambientes próximos do existencialismo sartreano, de algumas heterodoxias da esquerda e de parte significativa da juventude universitária, destacava a modelação social da atitude feminina e da sua dimensão de alteridade em relação ao arquétipo masculino. Denunciava os papéis impostos no contexto das relações sociais, produtoras da divisão dos sexos e da bipartição dos indivíduos, insistindo, ao mesmo tempo, na unidade do género humano e na liberdade, que cada uma das suas partes deveria deter, para produzir uma especificidade situada fora dos estereótipos e alheia à hierarquia vigente. A origem da lenda – hoje mais suavizada,